



# Anais da Assembléia

Nº 150

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE OUTUBRO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**  
1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**  
2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**  
1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**  
2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**  
3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**  
4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado ORLANDO PESSUTI  
PRN ..... Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS  
PFL ..... Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PST ..... Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Berakdin - Dirceu Silveira Manfrinatto - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -  
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 101.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1992

(TERÇA FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Cleiton Kielse, Emilia Belinati, José Artur Ritti, Neivo Beraldin e Paulo Maia (06). Em licença os Senhores Deputados: Algaci Túlio, Heinz Herwig e Carlos Simões (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a  
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.<sup>o</sup> 89/92

Curitiba, 26 de outubro de 1992.  
Senhor Presidente.

Através da presente, venho solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no artigo 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para que o Vice-Governador do Estado, Dr. Mário Pereira, se afaste do País, por 10 (dez) dias, que ficarão medidos no período de 30 de outubro a 30 de novembro próximos, com destino aos Estados

Unidos da América do Norte, a fim de, em Washington DC, comparecer às reuniões para negociações junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento BID, de contrato de empréstimo para o Programa de Corredores de Transportes do Paraná.

Outrossim, devo esclarecer que, em face da solicitação ora formulada, deixa de ser utilizada a autorização de que trata o Decreto Legislativo n.<sup>o</sup> 004/92 de 13.10.92, dessa augusta Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

MENSAGEM N.<sup>o</sup> 90/92

Curitiba, 26 de outubro de 1992.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de através de Vossa Excelência, dirigir-me a essa augusta Assembléia Legislativa para aprovação da ratificação e retificação dos Atos Constitutivos do Convênio CODESUL - Conselho de Desenvolvimento e Integração/BRDI - Banco Regional de Desenvolvimento e Integração, atualmente compartilhado pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e do qual passa a fazer parte, também, o Estado do Mato Grosso do Sul.

Para consubstanciar a referida solicitação encaminho em anexo, o Convênio que modifica e consolida os Atos Constitutivos do Sistema CODESUL/BRDI, aprovado em reunião de 07.10.92, através da Resolução n.<sup>o</sup> 497/92, do referido Conselho.

Integrado pelos Governadores dos Estados participantes, constituem-se objetivos gerais do CODESUL:

- estudar os problemas regionais, equacioná-los e propor soluções visando aos legítimos interesses da Região, do País e do Continente;

- formular diretrizes da política de desenvolvimento regional em cooperação com os organismos de planejamento estaduais, nacionais e de outros países do continente;

- sugerir medidas para que o intercâmbio econômico regional, nacional e com o exterior venha a permitir a justa retenção e fixação, na região, dos resultados da atividade econômica;

- propor estratégias e planos de ação visando a inserção da economia regional no processo de integração latino-americana;

- estimular o intercâmbio nas diversas áreas do Governo dos Estados-Membros, de forma a harmonizar e consolidar as ações de interesse regional;

- traçar a política de atuação e as diretrizes gerais de funcionamento do Banco Regional do Desenvolvimento e Integração - BRDI.

Ao Banco Regional de Desenvolvimento de Integração BRDI, autarquia interestadual especial e agente técnico financeiro do Sistema CODESUL/BRDI, compete, entre outros:

- gerenciar fundos, programas de desenvolvimento da região de abrangência e outras atividades financeiras inerentes à sua condição;

- prestar apoio financeiro adequado e envidar esforços para a formação ou obtenção de recursos destinados a fundos específicos, tendo em vista o desenvolvimento de iniciativas sócio-econômicas da região e dos países integrantes do MERCOSUL

- atrair empresas, capitais e recursos financeiros, internos e externos, para participarem da realização de investimentos produtivos na região de abrangência;

- estimular, no âmbito de suas atribuições, iniciativas que propiciem o desenvolvimento ambiental auto-sustentado;

- participar ou promover, tendo em vista os seus objetivos, de convênios, consórcios, "joint-ventures" e de outros empreendimentos, mediante associação com organismos nacionais ou estrangeiros, públicos ou privados.

Formando fronteiras com os demais países que integram o MERCOSUL, os Estados-Membros do CODESUL terão ampliadas as suas oportunidades para a capitalização dos benefícios advindos da criação do novo Mercado Comum do Cone Sul, com o aporte técnico e financeiro a ser fornecido pelo BRDI.

A identificação sócio-econômico-cultural, que une os povos dos Estados-Membros do CODESUL e a convergência de interesses comerciais recíprocos é legítimos, constituem-se em importantes fatores para a dinamização das atividades do BRDI.

Merece destaque, também, o fato inédito da união entre 4 unidades da Federação Brasileira, que além das afinidades sócio-econômico-culturais, integram na quase totalidade de seus territórios uma única bacia hidrográfica, e que manifestam, concretamente, a vontade política de marcharem juntas em busca de um desenvolvimento harmônico e auto-sustentado para toda a Região.

Finalmente, Senhor Presidente, quero manifestar a minha convicção de que além de um passo decisivo para a consolidação das bases do desenvolvimento, representa o coroamento das ações que vimos empreendendo para a efetiva modernização deste Estado.

Certo de contar com a compreensão e o apoio de Vossa Excelência e os demais, igualmente ilustres Senhores Deputados, renovo-lhe, nesta oportunidade, as minhas manifestações de respeito e admiração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## Ofício:

### OFÍCIO

Sob os n.ºs DTL/SAT/263, 264, 279 e 280/92 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n.ºs 174/92, 501/91 e 255/92, por julgá-los inconstitucionais e Projeto de Lei n.º 209/92, pelo fato da existência, por lei federal, do "Dia do Empregado do Comércio Hoteleiro e Similar", comemorado em 29 de julho de cada ano. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os n.ºs DTL/SAT/262, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 281, 282, 283, e 284/92 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

233/92: Do TRIBUNAL DE JUSTIÇA que, dá nova redação ao artigo 3º, da Lei n.º 10.037, de 13/07/1992, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.096. **Anote-se - Arquivo-se.**

224/92: Do PODER EXECUTIVO que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 58.000.000.000,00, à Administração Geral do Estado, Recursos sob Supervisão da SEPL, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.097. **Anote-se - Arquivo-se.**

252/92: Do PODER EXECUTIVO que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 7.485.000.000,00, à SESP, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.098. **Anote-se - Arquivo-se.**

220/92: Do PODER EXECUTIVO que, dá nova redação ao art. 12, da Lei n.º 7.065 de 06/12/78, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.099. **Anote-se - Arquivo-se.**

250/92: Do PODER EXECUTIVO que, dispõe que as multas aplicadas em razão de infrações à legislação de trânsito deverão ser recolhidas diretamente ao DETRAN/PR, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.100. **Anote-se - Arquivo-se.**

222/92: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY que, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO GOJU-RYU DE KARATÊ DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.101. **Anote-se - Arquivo-se.**

221/92: De autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO que, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALTO PARANÁ, com sede e foro na Cidade de Alto Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.102. **Anote-se - Arquivo-se.**

020/92: De autoria do Deputado NILTON BARBOSA que, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEP-

CIONAIS - APAE, do município de Formosa do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.103. **Anote-se - Arquivo-se.**

243/92: De autoria do Deputado CARLOS SIMÕES que, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ERCEANA CAMPOLARGUENSE, com sede e foro no município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.104. **Anote-se - Arquivo-se.**

179/91: De autoria do Deputado PAULO MAIA que, declara de Utilidade Pública o CLUBE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JORGE, com sede no município de Almirante Tamandaré e foro no município de Rio Branco do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.105. **Anote-se - Arquivo-se.**

207/92: De autoria do Deputado ERONDY SILVERIO que, declara de Utilidade Pública o CORITIBA FUTEBOL CLUBE, com sede e foro nesta Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.106. **Anote-se - Arquivo-se.**

216/92: De autoria do Deputado TOTI COLAÇO que, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE "SÃO VICENTE DE PAULA" com sede no município de Rebouças, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.107. **Anote-se - Arquivo-se.**

235/92: De autoria do Deputado DUÍLIO GENARI que, declara de Utilidade Pública a entidade o "CLUBE DE ENGRAXATE E PEQUENO TRABALHADOR", com sede e foro no município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.108. **Anote-se - Arquivo-se.**

196/92. De autoria do Deputado RENATO ADUR que, declara de Utilidade Pública estadual o MOVIMENTO FAMILIAR A VOZ DO SILENCIO, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.109. **Anote-se - Arquivo-se.**

211/92: Do PODER EXECUTIVO que, acrescenta inciso IV ao art. 23 da Lei n° 8.933, de 26.01.89, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.110. **Anote-se - Arquivo-se.**

215/92: Do PODER EXECUTIVO que, autoriza o Poder Executivo a contrair operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, até o valor de US\$ 173,500,000.00, para aplicação no Programa de Conservação e Melhoramento da Rede Rodoviária do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.111. **Anote-se - Arquivo-se.**

260/92: De autoria do Deputado CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO que, reajusta, conforme específica, os salários do pessoal regido pela CLT, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.112. **Anote-se - Arquivo-se.**

266/92: Do PODER EXECUTIVO que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.000.000.000,00, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.113. **Anote-se - Arquivo-se.**

264/92: Do PODER EXECUTIVO que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.210.000.000,00, à Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.114. **Anote-se - Arquivo-se.**

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 1628

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 308/92 (Mensagem n° 88/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.400.000.000,00 (treze bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, visando atender despesas com o termo de compromisso assumido entre o governo do Estado do Paraná/BADEP/BRDE/BA-NESTADO e Cidade Industrial de Curitiba.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

##### REQUERIMENTO N° 1629

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 310/92 (Mensagem n° 87/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 358.000.000,00 (trezentos e cinquenta e oito milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, visando atender despesas com o convênio realizado com o PROGRAMA NOSSO.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

##### REQUERIMENTO N° 1630

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 312/92 (Mensagem n° 86/92), de autoria do Poder

Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.369.788,00 (quatro bilhões, trezentos e sessenta e nove milhões e setecentos e oitenta e oito mil cruzeiros) ao vigente orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra, visando atender despesas com a manutenção e com a programação oficial da Unidade.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO 1631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 311/92 Mensagem nº 85/92, de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) ao orçamento próprio do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 306/92 (Mensagem nº 84/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.500.000.000,00 (cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, visando atender dispêndios com a transferência de recursos a entidades filantrópicas, destinados a despesas de capital.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1633

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 309/92 (Mensagem nº 78/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 27.664.000.000,00 (vinte e sete bilhões e seiscentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, visando atender despesas com construção, re-

construção, ampliação, melhoria, reparos e aquisição de equipamentos para unidades escolares.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1617

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o adiamento por (10) dez sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 013/92 (item 03), de autoria do Deputado Lourenço Fregonesse, que dispõe sobre atendimento prioritário a idosos, portadores de deficiências e gestantes, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1618

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento por (10) dez sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 206/92 (item 04), de autoria do Deputado Doutor Rosinha, que dispõe sobre a reforma psiquiátrica no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1634

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário adiamento de sua discussão e votação por três sessões para o Projeto de Lei nº 259/92.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO Nº 1635

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1626

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Nirval Branco de Miranda, ocorrido em Clevelândia.

Outrossim requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 68 anos faleceu, em Clevelândia, o Sr. Nirval Branco de Miranda, deixando viúva a Sra. Maria Tereza Loures Miranda 03 filhos e 06 netos.

O passamento do Sr. Nirval veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Nirval.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Branco de Miranda, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 1609

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, o registro de votos de congratulações pelo transcurso de 28° aniversário do Batalhão de Polícia Rodoviária do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Neste dia 27 de outubro, o Paraná comemora o transcurso do 28° aniversário do Batalhão de Polícia Rodoviária da tradicional Polícia Militar.

Esta comemoração é do povo do Paraná, pois é este povo que vem recebendo a 28 anos os serviços de policiamento preventivo e ostensivo de circulação de veículos que abrange uma área de 18 000 quilômetros de Rodovias Estaduais, entre as quais 2.300 quilômetros de Rodovias Federais Delegadas.

São 63 postos de polícia rodoviária distribuídos entre seis companhias, nas principais regiões do Paraná. Salientando que o Batalhão tem participado de diversas campanhas, principalmente educativa de

trânsito

Pelos relevantes trabalhos prestados a comunidade, peço aos nobres Pares a aprovação desse voto de apreço ao Batalhão Rodoviária do Paraná e, por conseguinte, ao Comando da Polícia Militar do Paraná, Coronel Miguel Arcanjo Capriotti e ao Comandante do Batalhão Rodoviário Tenente Coronel Luiz Eduardo Kosratz Hunsicker, bem como ao competente contingente.

#### REQUERIMENTO N° 1611

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o registro de votos de congratulações pelo transcurso do 32° aniversário da TV Paranaense, Canal 12.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA

Neste dia 29 de outubro, o Paraná comemora o transcurso do 32° aniversário da TV Paranaense, Canal 12, emissora piloto da Rede Paranaense de Televisão, que transmite a imagem da Rede Globo de Televisão. O Canal 12 é, sem favor, o veículo de divulgação com maior penetração no Estado, desfrutando de merecido prestígio por sua audiência maciça e sua programação de escol. Nessa condição, a referida emissora tem prestado relevantes serviços à comunidade paranaense, tanto no plano cultural e educativo, como no campo da informação e do lazer.

Aliás, dou aqui apenas mais um testemunho da importância do papel da TV Paranaense na vida do nosso Estado, porque seu público telespectador envolve uma verdadeira legião de pessoas, listadas como fãs ardorosos do nosso prestigioso Canal 12.

Formando entre seus admiradores de primeira hora, peço aos nobres Pares a aprovação desse voto de apreço à Rede Paranaense e, por conseguinte, à Rede Globo de Televisão, extensivo ao diretor-presidente da TV Paranaense, Jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, bem como aos competentes auxiliares.

#### REQUERIMENTO N° 1627

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à TV Paranaense - Canal 12 pela passagem do seu 32° aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A TV Paranaense-Canal 12, comemora no

próximo dia 29. seu 32º aniversário. sendo a pioneira da televisão no Paraná. O seu crescimento tem sido uma constante. e hoje está na liderança absoluta de audiência no Estado, comandando uma cadeia de emissoras da Rede Paranaense de Televisão, formada pela TV Coroados de Londrina, TV Cultura de Maringá e TV Cataratas de Foz do Iguaçu, filiadas à Rede Globo de Televisão.

O trabalho, a qualidade, a audiência, a credibilidade e o desempenho econômico levaram a TV Paranaense, por quatro anos consecutivos a receber o título de "EMPRESA DO ANO" na rigorosa seleção técnica feita pela Revista Exame, da Editora Abril. Muitos outros prêmios de reconhecimento foram também concedidos nos últimos anos, mas o prêmio máximo continua sendo a audiência maior como líder na programação em todo o Estado.

Com a instalação do mais possante transmissor do País, com antenas colocadas no melhor ponto da cidade tecnicamente escolhido, a nova antena foi levantada no ponto mais alto do Bairro Mercês, trazendo para o Paraná a última palavra em tecnologia na área de transmissão de sinais de TV.

A TV Paranaense, representa o verdadeiro espírito paranaense de pioneirismo e de investimento, contribuindo sobremaneira para o nosso desenvolvimento social, cultural e econômico.

É, portanto, motivo de grande júbilo para todos os paranaenses a comemoração do 32º aniversário da TV Paranaense Canal 12. A este júbilo o Poder Legislativo se associa como representante do povo, com a Direção da emissora, na pessoa do Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, solicitando para que receba e transmita a todos os seus colaboradores.

#### REQUERIMENTO Nº 1610

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor Roberto Requião, bem como aos Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado, da Educação, Doutor Elias Abraão, e da Administração Doutor Luiz Gastão Franco de Carvalho, no sentido de que realizem procedimentos para que sejam nomeados, até o início do próximo ano letivo, todos os remanescentes do último concurso do magistério público estadual, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

De um universo de mais de 45 mil inscritos, para cerca de 30 mil vagas, apenas pouco mais de 3 mil professores e

especialistas de educação lograram êxito no último concurso público estadual no final do ano passado.

Mas, dos classificados pelo Edital nº 45/91 de 20.12.91. do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Administração, há um número expressivo de professores e de especialistas de Educação que não foram chamados para assumir uma vaga no Estado, não obstante o número astronômico de vagas ofertadas para o referido concurso.

O que se tem verificado é que, a nível de município, os remanescentes do concurso do magistério não tenham chances de serem nomeados, em vista das vagas já ocupadas pelos concursados já nomeados e pela falta de vagas nesses municípios nessas disciplinas.

Seria de bom alvitre que o Governo do Estado do Paraná, como já tem feito em outras ocasiões, ofereça para os remanescentes do concurso de 1991 vagas existentes a nível de Núcleo Regional de Educação, ou mesmo a nível de Estado, dando oportunidade a todos os concursados para ingresso no magistério público estadual.

Já se propala, pela imprensa, que a Secretaria de Estado da Educação pretende realizar novos concursos públicos para o magistério em maio do próximo ano.

Por que, então, não aproveitar antes esses remanescentes do concurso do ano passado que se submeteram a um concurso difícil, com um percentual de aprovação de menos de 10% (dez por cento)?

É o que tínhamos a justificar.

#### REQUERIMENTO Nº 1613

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente ao Senhor Governador do Estado, Doutor Roberto Requião, visando a abertura de concurso público na Polícia Civil do Estado, para o provimento do cargo de médico legista de subdivisões do Instituto Médico Legal do Paraná, ou então que autorize a contratação em caráter emergencial destes profissionais, principalmente no caso do Município de Francisco Beltrão/PR.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente é solicitar do Senhor Governador providências imediatas no sentido de suprir a falta de médicos legistas nas subdivisões (Interior do Estado) do Instituto Médico Legal do Paraná, principalmente no caso de Francisco Beltrão/PR.

A subdivisão de Pato Branco/PR, é a ú-



nica da região e mesmo assim está funcionando com apenas 01 (um) médico legista. O acúmulo de trabalho é evidente dada a falta de recursos humanos, e o fato desta subdivisão ser responsável pelo atendimento de 35 (trinta e cinco) municípios do sudoeste do Estado.

Por outro lado, já existe no Município de Francisco Beltrão/PR, toda a estrutura necessária ao funcionamento de uma subdivisão do IML, o que inclui prédio e equipamentos, faltando apenas a nomeação de um médico legista para que possa ser responsável pelos trabalhos.

A necessidade do atendimento do pleito é urgente, não só porque aliviaria o IML de Pato Branco/PR, como também porque pouparia os familiares das vítimas dos transbordos e das despesas oriundas do traslado de corpos e tudo o mais que diga respeito ao trabalho deste Instituto.

Fora o caso de Francisco Beltrão, os Municípios de São Mateus do Sul/PR, e Telêmaco Borba/PR, enfrentam problemas semelhantes, o que vem reforçar a urgência da realização de concurso público ou de contratação em caráter de urgência de médicos legistas no Estado do Paraná.

Finalizamos certos da especial atenção que os nobres Pares dispensarão a este Requerimento, com a sua conseqüente aprovação e envio de Expediente ao Senhor Governador do Estado.

#### REQUERIMENTO N° 1616

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Nobre Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Presidente da TELEPAR, Senhor Paulo Cordeiro, solicitando instalação de Central de DDD para o Distrito de José Lacerda, no Município de Reserva.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) DALTON MACHUCA

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de José Lacerda é muito próspero e está em franco desenvolvimento econômico, prima pela eficiência na agricultura e pecuária, fatores decisivos ao seu crescimento, havendo pois, uma necessidade de expansão da telefonia, tendo aproximadamente 100 novos usuários interessados na aquisição dos serviços telefônicos, assim, uma vez atendido este pedido, por certo contribuirá ainda mais para o desenvolvimento e bem-estar da região.

A Central DDD, é um grande avanço social na área das comunicações, possibilitando integração rápida.

#### REQUERIMENTO N° 1619

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. José Moacir Favetti, solicitando providências para a conclusão das obras da 2ª Companhia da Polícia Militar, sediada em Francisco Beltrão.

Já disse um grande estadista brasileiro que a "pior obra é a inacabada". A construção do quartel desta 2ª Companhia foi iniciada, as paredes foram erguidas, mas por pouco a obra deixou de ser concluída, pois está faltando o acabamento. Não fosse apenas pelo abandono da obra pública, este requerimento justificaria-se, também, pela necessidade da obra para toda a região de Francisco Beltrão, tão carente de segurança.

Por certo, o Senhor Secretário saberá dar uma solução para esta questão.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) JOÃO ARRUDA

#### REQUERIMENTO N° 1620

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de expediente oficial ao digníssimo Sr. Heitor Wallace de Mello e Silva, Presidente do Conglomerado Banestado, solicitando a manutenção da gerência regional da referida instituição na Cidade de Francisco Beltrão.

Justifica o presente, tendo em vista notícias que circulam em toda a região sudoeste do Paraná dando conta de uma possível desativação da gerência regional de Francisco Beltrão, fato que, por certo, acarretará em enormes prejuízos a milhares de paranaenses beneficiados com o bom atendimento prestado há anos pelo BANESTADO no citado Município e em dezenas de outros.

E, tendo em vista o interesse de inúmeros paranaenses e a sensibilidade da diretoria do Banestado temos certeza que acolherão o solicitado neste requerimento, evidentemente depois de aprovado pelos demais Pares desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) JOÃO ARRUDA

#### REQUERIMENTO N° 1621

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto e soberano Plenário, o envio de expediente oficial ao digno Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. José Moacir Favetti, solicitando providências para a imediata implantação do Instituto Médico Legal da Cidade de Francisco Beltrão, com a contratação de médi-



co, auxiliar e a complementação do restante de móveis, equipamentos e utensílios.

Sala das Sessões, em 27.10.92

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

A implantação do Instituto Médico Legal de Francisco Beltrão é medida urgente para atender mais de 20 municípios desta região que cresce todos os dias.

Tendo em vista a proeminência desta solicitação, a própria Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão antecipou-se e ampliou uma construção na localidade destinando-lhe esta finalidade.

Resta, agora, a contratação de médico legista, um auxiliar e complementação de móveis, utensílios e equipamentos necessários e indispensáveis ao funcionamento do IML, atribuições do Poder Executivo Estadual.

Atualmente apenas o IML de Pato Branco atende toda a região, ocasionando problemas dos mais diversos devido a distâncias e transtornos incontáveis para famílias inteiras quando abaladas pelas notícias dos mais graves acidentes.

No último domingo, com o trágico desaparecimento de dois beltronenses, toda a comunidade ficou chocada com o desaparecimento e, até, revoltada com a falta do IML no Município.

Entretanto, como conhecemos o alto espírito público que norteia o Dr. José Moacir Favetti e dos demais Pares desta Casa, confiamos plenamente na aprovação deste requerimento e na imediata solução para a medida pleiteada.

#### REQUERIMENTO N° 1622

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente em exercício da República do Brasil, Itamar Franco, e o Senhor Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento, Antonio Barros de Castro, solicitando a revisão das privatizações realizadas durante o Governo Collor de Melo e a suspensão imediata das privatizações que estão programadas.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se pela necessidade de garantir os interesses nacionais acima de interesses particulares ou de grupos privados. A não privatização das empresas estatais garante os soberanos interesses do País e a função social das empresas construídas e mantidas pelo dinheiro público.

Reforça esta solicitação às denúncias de subavaliação do patrimônio estatal e inúmeras irregularidades já constatadas

nos processos de privatização já realizados ou em tramitação.

#### REQUERIMENTO N° 1623

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, com a finalidade de liberar recursos financeiros para aquisição de uma viatura policial para o Município de Farol.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1624

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, com a finalidade de liberar recursos financeiros para aquisição de uma viatura policial para o Município de Rancho Alegre do Oeste.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1625

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar, com a finalidade de liberar recursos financeiros para aquisição de uma ambulância para o Município de Rancho Alegre do Oeste.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) TOTI COLAÇO

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N° 313/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os contribuintes do ICMS com débitos pendentes, inscritos ou não em dívida ativa, poderão solvê-los mediante dação em pagamento de produtos alimentícios destinados à execução do Programa de Merenda Escolar.

Parágrafo Único - Somente poderão ser oferecidos e aceitos os seguintes produtos: leite em pó, leite pasteurizado, arroz, feijão, carne bovina, carne de frango, lingüiça, salsicha, macarrão, biscoito doce e salgado, açúcar, sal, óleo, café moído, trigo e aveia.

Art. 2º - As propostas serão formalizadas à Procuradoria Geral do Estado.

Art. 3º - Os produtos alimentícios oferecidos em dação em pagamento serão discriminados nas propostas, não sendo aceito quando o preço dos bens for superior ao de mercado.

Art. 4º - Aceita pela Procuradoria Geral do Estado a Proposta, os produtos deverão ser entregues na data da formalização da dação em pagamento, ou nos prazos fixados pela Administração.

Parágrafo Único - A Administração poderá deixar de aceitar mercadorias oferecidas em dação em pagamento, uma vez atingidos os objetivos desta Lei, de obter alimentos suficientes para garantir a merenda escolar dos estudantes da rede pública de ensino, aos orfanatos, creches e instituições de caridade reconhecidas por lei de utilidade pública.

Art. 5º - As dívidas que forem pagas na forma da presente Lei, serão atualizadas até o dia da concretização da dação em pagamento.

Art. 6º - Obrigatoriamente deverá constar na dação em pagamento o valor da dívida, sua origem e discriminação, cujo documento será apresentado junto ao órgão da Secretaria da Fazenda, que providenciará de imediato a quitação do débito.

Art. 7º - Os produtos alimentícios oferecidos em dação em pagamento serão entregues pelas empresas nos locais determinados pelo Poder Executivo.

Art. 8º - O Poder Executivo, regulamentará por Decreto a presente Lei, até sessenta dias após sua publicação.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) DALTON MACHUCA

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista as dificuldades da maioria das escolas, orfanatos e creches do nosso Estado, em fornecer alimentação adequada às nossas crianças e existirem diversas empresas em débito com a Receita Estadual, as quais não possuem recursos financeiros para cumprirem suas obrigações, tão somente dispendo de bens que garantem a dívida, sem que isso comprometa seu patrimônio.

Objetiva, pois, o presente Projeto de Lei, que o Estado ao invés de adquirir de terceiros produtos alimentícios para nossas crianças carentes, receba de imediato

seus créditos, resolvendo de uma vez só vários problemas, eis que ensejará condições de quitação de débito para com a Fazenda Estadual e não trazendo nenhum prejuízo ao erário.

Sendo assim e dado a necessidade de equalizarmos uma situação real de amparo na alimentação às nossas crianças, aliado a possibilidade do Estado reaver créditos, talvez a longo prazo, apresento este Projeto.

O vizinho Estado de Santa Catarina, adota a presente medida e, segundo informações vem colhendo excelentes resultados.

A execução do Programa de Merenda Escolar em nosso Estado, atravessa momentos difíceis, tanto é que tramita nesta Casa - Projeto de Lei nº 225/92, de autoria da Nobre Deputada Emilia Belinati, objetivando necessidade de suplementação de recursos para a garantia que o referido programa não sofra solução de continuidade.

Por fim, sob o aspecto constitucional, não há impedimento, visto não acarretar despesas ao Estado, pelo contrário, aumentará a arrecadação pela atualização dos valores a ele devido.

A vista de que o Projeto em exame atende os interesses do Estado, das crianças e devedores, espera sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 314/92

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede no Município de Céu Azul-PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição lastreia-se na evidência fática e jurídica de que a referida Associação é uma sociedade civil de caráter assistencial, com duração indeterminada e sem quaisquer fins lucrativos, com sede e fôro na Cidade de Céu Azul, Estado do Paraná, tendo por finalidade a promoção e o ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais, onde quer que se encontrem, sendo assim, inquestionavelmente, caracterizada como Entidade de alta relevância sócio-humanitária.

A documentação anexada ao presente projeto, traz o embasamento comprobatório suficiente para inserir a instituição entre aquelas que devem ser albergadas pelo reconhecimento público estadual.

Por derradeiro, ressalte-se que as

normas atinentes à espécie. encontram-se amoldadas aos ditames da Lei 6.994, com alterações da Lei nº 8589. razão pela qual pleiteamos o apoio dos Nobres Pares nesta Casa de Leis.

# PROJETO DE LEI Nº 315/92

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a reduzir de 20% (vinte por cento) para 10% (dez por cento) do valor do salário mínimo vigente no País, as prestações para aquisição da casa própria, realizadas através da COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, vinculada à Secretaria Especial de Política Habitacional, nos financiamentos concedidos aos trabalhadores volantes do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, regulamentará a presente Lei, para imediata aplicação.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua aplicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

É de conhecimento geral a situação de penúria em que vivem os trabalhadores volante (bóias-frias), no Paraná.

Em decorrência da instabilidade e da sazonalidade das atividades que exercem, não se pode calcular seus ganhos com precisão matemática. Dependem da época do ano, do tamanho da safra a ser colhida, do "quantum" conseguem auferir pelo dia trabalhado, e, da mesma forma, dependem da oferta de mão de obra, que, quando elevada, reduz o preço pago pela hora de trabalho.

A prática instituída pelo Sr. Governador do Estado em limitar as prestações dos financiamentos concedidos pela COHAPAR em 20% do valor do salário mínimo, para as famílias de baixa renda, é altamente louvável. Ocorre que, no caso de bóias-frias, mesmo com esta limitação os valores das prestações continuam muito altos.

Com a elevação do salário mínimo para Cr\$ 522.186,94 (quinhentos e vinte e dois mil, cento e oitenta e seis cruzeiros e noventa e quatro centavos) a prestação, calculada em 20% do mesmo, é de Cr\$ 104.437,38 (cento e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete cruzeiros e trinta e oito centavos).

Para o trabalhador bóia-fria este valor é, ainda, muito oneroso, pois seus ganhos não são calculados através dos valores fixados pelo governo para o salário

mínimo.

Com a redução para 10% a prestação atualmente ficaria em Cr\$ 52.218,70 (cinquenta e dois mil, duzentos e dezoito cruzeiros e setenta centavos).

Para o trabalhador volante esta redução representa substancial diferença no seu já tão míngua orçamento.

Por estas razões, solicito apoio dos nobres Colegas desta Casa, no sentido da imediata aprovação do presente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente.

A idéia não é deste Deputado, mas é um sonho de Paranaguá.

Há alguns anos atrás, quando governava o Município, o Prefeito NELSON DE FREITAS BARBOSA, - saudosa memória - um estudo foi realizado com o objetivo de integrar todo o município, através da construção de uma estrada que chegasse aos balneários, por um caminho mais curto.

Na sua visão de homem público, NELSON DE FREITAS BARBOSA pressentia que o desenvolvimento da nossa Paranaguá em bases mais consentâneas com suas necessidades, se daria a partir dessa idéia.

Espremida pelo mar que a circunda em boa parte do território, as chances da cidade de se espalhar além do perímetro urbano conhecido, eram poucas.

A construção da estrada que ligasse ao Balneário Pontal do Sul, era a solução preconizada.

Os desejos do Prefeito parnanguara esbarram em alegadas dificuldades técnicas (haveria necessidade da construção de várias pontes, etc.) e na falta de recursos que superassem tais dificuldades.

A cidade, não tendo recursos para um investimento de monta, deixou de transformar em realidade essa pretensão, porque não contou com o necessário apoio do Governo do Paraná.

Distanciados da sede, nossos Balneários que vêm crescendo ano a ano, acabam não tendo do Poder Executivo toda atenção que merecem, fato que tem gerado incontáveis descontentamentos e desassossego. Em consequência, até a independência política da área dos Balneários foi cogitada, pela criação do Pontal do Paraná.

Agora, Nobres Pares, pressinto que a hora dessa integração chegou.

Chegou, porque, finalmente, a cidade conseguiu uma parceria com o Governo do Paraná. Nosso povo acabou de eleger o candidato indicado por Sua Excelência o Governador Roberto Requião.

Essa parceria, que haverá de ser boa para Paranaguá, enseja que eu me ocupe desta tribuna para fazer que seja agendada no rol das prioridades do mandatário paranaguara, que assumirá nossa prefeitura a partir do dia 1º de janeiro próximo, a construção dessa estrada. Pretendemos que referido investimento se faça por uma estrada construída em apurada técnica, mas que atinja o Balneário de Shangrilá contrariando a idéia original.

Será uma obra bem mais barata, a partir da redução da quilometragem e, ao mesmo tempo, vai permitir desde Shangrilá, um processo de irradiação urbana de modo a alcançar os demais Balneários.

A partir daí, a cidade de Paranaguá estaria ligada aos Balneários através de um acesso rápido, fato que integraria o município como sonhou NELSON BARBOSA.

E já que o Paraná fez um acerto inteligente com o exército brasileiro para a construção da FERROESTE, penso que uma sociedade desse tipo, poderá viabilizar a construção, a curto prazo, dessa estrada.

Ela será a redenção de Paranaguá.

Ela permitirá que muitos espaços sejam ocupados de forma planejada, inteligente, moderna...

Ao me associar às manifestações de regozijo pela assunção do jovem sindicalista CARLOS ANTÔNIO TORTATO, nas eleições do último dia três de outubro, faço este pronunciamento que tem como finalidade precípua colaborar com seu futuro governo...

Pelo bem de Paranaguá!

E, queira Deus, que essa obra se concretize.

Sairá, se a parceria for realmente efetiva e o Governo do Senhor Roberto Requião, entender às necessidades do Município. De nossa parte, nesta Casa de Leis, vamos nos esforçar a fim de sensibilizar os companheiros, tendo em vista a alocação de recursos.

Muito obrigado e Paranaguá saiba, que independente das posições políticas, seus interesses estarão acima delas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha presença na tribuna desta Casa hoje será uma manifestação de protestos e inconformismo com a decisão do Governador do Estado do Paraná em nomear, para Reitor da Universidade, uma pessoa que no pleito disputado internamente naquela instituição não foi o vencedor.

O Governo do Estado procurou justificar esta intervenção e esta ruptura com a

tradição da escolha dos mais votados, invocando a necessidade de uma afinidade que deveria existir entre o Governo e o Diretor-Presidente da UNIOESTE.

Mais do que isto. Nas entrelinhas, o Governo diz que o antigo Reitor da Universidade estava envolvido em irregularidades administrativas e que o vencedor, que não foi nomeado, seria do mesmo grupo político do ex-Reitor da Universidade.

Quero lamentar profundamente também a participação do Vice-Governador do Estado, Senhor Mário Pereira, neste episódio. Transformar a direção da Universidade Oeste do Paraná num cabide de empregos de apadrinhados políticos, é no mínimo um retrocesso inadmissível.

Temos nesta casa alguns Parlamentares que militaram nas lutas do movimento estudantil e sabem os Senhores, o quão dura foi a luta para que enfim os Governos reconhecessem a autonomia das universidades; para que os Governos respeitassem a vontade da comunidade universitária e colocassem, na direção destas instituições, pessoas afinadas com a comunidade e pessoas que estivessem comprometidas com os projetos de desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão.

É lamentável que desta tradição, inclusive a escolha democrática do Reitor está prevista em Lei, que aprovamos nesta Casa, que foi exatamente uma das partes negociadas quando o Governo transformou as fundações em autarquias, houve a exceção aberta para que o processo democrático continuasse prevalecendo, na nomeação foi exatamente para preservar as universidades.

Agora o Governo do Estado utiliza de um pseudo argumento jurídico para dizer que a UNIOESTE ainda não se transformou em uma Universidade e que, portanto, o seu Diretor Presidente pode ser nomeado pelo Governador do Estado.

O Governador Roberto Requião, com todo o respeito, se comporta nesta questão como o "Fujimori do Iguazu". Pior ainda, muito mal assessorado e influenciado pela Rainha da Inglaterra, o nosso Vice-Governador do Estado que, ao invés de destruir as instituições e conquistas democráticas do povo do Estado do Paraná deveria, isto sim, usar o seu cargo em benefício da Região.

Mentiram ao povo do Oeste do Paraná quando falaram que defendiam a consolidação da nossa Universidade, e que a presença de um apadrinhado político afinado com o Governo do Estado na direção dessa Universidade iria abrir os caminhos para a consolidação e para a conquista de um direito que nós temos na região Oeste, que é a de termos a nossa Universidade. E trago aqui dados que comprovam a discriminação

que a região Oeste do Paraná sofre em relação ao ensino superior.

Hoje, dos investimentos e dos recursos destinados ao ensino superior do Estado do Paraná, a Unioeste recebe menos de quatro por cento previstos para o próximo orçamento. A UEM que já tem a sua Universidade consolidada terá um investimento de 24 bilhões previstos para o ano seguinte, contra quatro e quinhentos da UNIOESTE.

A Universidade de Ponta Grossa vai muito além, embora é também uma grande Universidade com a sua estrutura consolidada recebe investimento na ordem de vinte e sete bilhões previstos no orçamento do ano que vem, contra quatro bilhões e quinhentos da Universidade do Oeste do PR.

Na UEL o exemplo se torna mais gritante, sessenta e quatro bilhões de investimento, contra quatro bilhões quinhentos e cinquenta e oito milhões para a nossa Universidade, que aliás, Sr. Presidente, tem sido o grande argumento para justificar a criação do Estado do Iguaçu na nossa região, exatamente invocando o fato de que a nossa região Oeste e Sudoeste do Paraná não conta com uma estrutura de ensino superior adequada às suas necessidades e ao seu direito.

Então, o vice-Governador do Estado do Paraná deveria ao invés de afrontar essa conquista democrática, afrontar a comunidade universitária do Oeste do Paraná com a escolha de um cidadão que não foi e que não tem a vontade da maioria daquela comunidade deveria estar articulando dentro da estrutura do Poder Executivo e advogando os interesses da nossa região, e que eles fossem traduzidos na peça orçamentária, nos recursos necessários a que nós temos direito. Eu acho, também, no mínimo, de uma hipocrisia muito grande justificar a nomeação de um segundo colocado, pelo fato de que o primeiro estaria afinado com o ex-Diretor da Universidade e que este estaria envolvido em algumas irregularidades administrativas.

Nós sabemos que o Governo do Estado através das suas Secretarias, através, inclusive do Tribunal de Contas o Poder Legislativo tem o controle integral sobre a aplicação dos recursos das universidades, se existem irregularidades que se apurem e que se punam os responsáveis. Agora, ao que me consta, eu não conheço mais nenhum exemplo na história da humanidade que a pena se comunica para pessoa seguinte. Já se foi o tempo em que a pena era comunicada para os parentes, para os amigos. Se o ex-Reitor cometeu irregularidades que se apure, que se puna, agora, o simples fato de ele ter dado apoio político ao vencedor do pleito não justificaria colocar em dúvida a idoneidade moral daquele cidadão.

E eu faço isso dessa tribuna, Sr. Pre-

sidente, Srs. Deputados, mesmo sabendo que o candidato que venceu as eleições na UNIOESTE nos quatro tempos que é composto a nossa Universidade não pertence a minha cidade de Cascavel, e o que foi nomeado pertence à Cascavel.

Mas eu não estou aqui para advogar interesses bairristas e menores porque eu considero essa afronta que foi cometida, essa intervenção na nossa Universidade é um precedente muito grave, muito delicado. E o que é pior, eu temo sinceramente sobre os destinos da nossa Universidade, pelo que está colocado no Orçamento do Estado do Paraná nós teríamos um reitor que não terá por ter sido nomeado, por ter sido apadrinhado em seu cargo não terá a independência e a postura necessária para reivindicar os direitos da consolidação e a ampliação da nossa Universidade.

Mais do que isso, um cidadão que se dispõe a participar de um processo eleitoral democrático dentro da Universidade, que perde as eleições sem contestar o seu resultado e que, depois, aceita o encargo de ser o interventor por quatro anos na universidade, no mínimo é um mau-caráter e que não merece a consideração daquela comunidade.

A hipocrisia vai muito longe.

O Governador do Estado do Paraná diz, à boca pequena que precisaria haver uma intervenção na UNIOESTE porque lá, inclusive, havia funcionários "fantasmas", que o diretor-presidente anterior, do PDT, insistia em nomear alguns políticos para cargos "fantasmas". Realmente se este fato ocorreu, é lamentável, deve ser apurado e punido. Agora, no Departamento Estadual de Rodagens a esposa do Prefeito eleito de Cascavel, Fidelcino Tolentino, pode ser funcionária "fantasma" porque, aí, não há problema nenhum. A regra da moralidade não prevalece quando se trata de um companheiro de partido, aí é possível termos assessores "fantasmas". Aliás, eu acho muito estranha esta recaída que o Governador do Estado tem em querer dar aulas e lições de moralidade quando tem um Vice-Governador que, quando Presidente da FERROESTE, firmou contrato com dezenas de empreiteiras sem licitação pública que, depois, foi revogado por determinação do Tribunal de Contas do Estado. No entanto ele continua prestigiado como Secretário da Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná.

Coerência, Governador Requião, exige-se que se aja com o mesmo rigor também com os amigos, com aqueles que comungam dos nossos interesses políticos e eleitorais. Irregularidade também é colocar a estrutura do Banco do Estado do Paraná, com seus gerentes de negócios, na captação de recursos financeiros para campanhas milionárias na cidade de Cascavel sob a

influência do Vice-Governador do Estado do Paraná.

Então, se nós queremos restabelecer a moralidade neste Estado, comecemos na própria Casa e comecemos com os amigos para, depois, termos moral para entrar na casa dos outros e darmos lição de comportamento aos demais.

Eu quero lamentar, profundamente, esta decisão do Governador Roberto Requião. E venho aqui, hoje, fazer esta denúncia e colocar este meu posicionamento nesta tribuna de uma forma dura porque requeri audiência com o Governador do Estado, gostaria de dizer isso pessoalmente a ele para que ficasse entre nós, mas, infelizmente, este Deputado, obviamente, não tem muito prestígio com o Governo do Estado e nem sequer recebi resposta do pedido de audiência.

De toda forma, eu quero convocar os nossos companheiros Deputados da região Oeste do Paraná: Deputado Dobrandino, que pertence ao PMDB, Deputado Bona Turra; nós temos também o Deputado Élio, temos mais alguns Parlamentares da nossa região. Talvez, os Senhores não comuniquem com a minha avaliação sobre o que ocorreu na Universidade, mas tenho certeza de que os Senhores não comungam com a atitude do Governador do Estado em afrontar o princípio legal e histórico da autonomia das Universidades, da nomeação dos reitores dentre aqueles que é o mais votado e o escolhido pela comunidade universitária.

Eu quero pedir, portanto, aos meus colegas, porque eu penso que nós não devemos nos conformar com essa decisão. Quem acompanhou as notícias ontem que vieram de Cascavel sobre a posse do reitor nomeado, interventor, pelo Governo do Estado, sabe que a nossa Universidade sofrerá um processo de desagregação se mantivermos a posição do Governo do Estado em manter aquele cidadão como Reitor da Universidade. Foi uma posse tumultuada, com insultos, com inconformismo por parte de uma boa parcela da comunidade universitária e eu antevejo problemas sérios para o novo Reitor e problemas seriíssimos para nossa Universidade.

E eu quero registrar aqui também para concluir o meu posicionamento que eu não conheço o teor das denúncias que foram feitas contra o ex-Reitor da nossa Universidade, mas eu sou testemunha, pelo menos do empenho e da determinação daquele cidadão que nem ao meu partido pertence, nem filiado ao meu partido é, mas eu sou testemunha da determinação, da persistência, do trabalho dele pela consolidação da nossa Universidade.

O Sr. Luiz H. Bona Turra - V.Exa. me permite um aparte?

#### (Assentimento).

Deputado Ernani Pudell, V.Exa. a reboque de uma questão que reputo séria, que é o instituto das eleições diretas nas universidades, instituto aliás consagrado constitucionalmente, traz uma série de outras considerações impertinentes a matéria inicial.

Não participei da decisão que determinou a escolha e nomeação de dirigente da Universidade do Oeste, que não o eleito diretamente pela comunidade universitária.

Entendo que se correto e conduzido com lisura, o processo eleitoral na comunidade, deveria o eleito ter sido nomeado.

No entanto é preciso considerar que a questão mais geral da universidade eu vi na semana passada o pronunciamento do Reitor nomeado e eu quero entender que essa é uma solução precária, provisória, conferida pelo governo do Estado, para reformulação e relançamento da grande tese da Universidade do Oeste do Paraná.

A Universidade hoje carece de meios, carece de recursos humanos.

Nós não temos na verdade uma universidade sequer reconhecida perante os organismos federais, como é o caso do Conselho Federal de Educação.

Entendo que as várias considerações que V.Exa. fez impertinentes a matéria inicial e principal que deve ser objeto de análise nessa Casa e a questão principal é a da consolidação da Universidade do Oeste do Paraná, decorrem talvez do espírito e das razões de natureza emocional que vêm da campanha eleitoral, portanto as ofensas de natureza pessoal dirigidas ao vice-Governador do Estado que recentemente, e não foi por determinação do Tribunal de Contas que os contratos foram interrompidos e revogados, foi sim por uma reorientação da política mais geral de governo que entendeu que a publicidade, não só de gerência, como inclusive de execução da ferrovia da produção era uma questão essencial.

Então não foi determinação do órgão de controle externo, por determinação do Tribunal de Contas que se teve a revogação daqueles contratos uma reorientação da política, que em parceria com o exército brasileiro lança as marcas e dá início a uma velha tese nossa da Região Oeste do Paraná.

Portanto, Deputado Ernani, associe-me a sua preocupação em relação ao que as verbas que devem ser destinadas para consolidação, não apenas física, mas também para o desenvolvimento científico e tecnológico da Universidade do Oeste do Paraná.

Entendo que a decisão governamental é uma decisão precária e que deve merecer reparo logo à frente. Entendo que a politização do processo de gestão na universidade e aí eu me permito relembrar a lição

do velho Darci Ribeiro, e que na sua Obra "Universidade Necessária" já condenava o ascendeísmo e o democratismo no interior das universidades.

Acompanhei a gestão do ex-Reitor da Universidade do Oeste do Paraná e acompanhei com preocupação a irresponsabilidade com que esse senhor tratou questões muito sérias, interrompendo as vias de comunicação com o Governo do Estado e estava eu a frente do Departamento de Obras e vi a irresponsabilidade com que esse senhor, que presidiu o processo eleitoral na Universidade do Oeste do Paraná, conduziu os negócios e interesses da Universidade do Oeste do Paraná.

Se ele transferiu esse comportamento para presidência do processo eleitoral eu daqui posso antever que também o processo eleitoral que lá se desenvolveu foi um processo viciado, porque esse senhor não estava preparado para o exercício das altas funções de direção da Universidade do Oeste do Paraná, comprometeu o diálogo com o Governo do Estado, comprometeu o diálogo com a Assembléia Legislativa e comprometeu as políticas que lá precisariam ser desenvolvidas.

Portanto, deve o ex-Reitor da Universidade do Oeste do Paraná ser responsabilizado diretamente pelos desconsertos e desacertos que culminou, inclusive, nessa nomeação que me parece, afronta princípios do nosso Partido, afronta princípios constitucionais e que deve ser entendida como um ato precário.

Nós já levamos ao Governador esta preocupação, ouvi o pronunciamento do Reitor nomeado, há compromissos de que esta seja uma decisão precária e provisória para que nós possamos rapidamente relançar a tese da Universidade do Oeste do Paraná, garantindo mais recursos orçamentários para a consolidação do Campus, para interligação com o Hospital Regional, enfim, para contratação de professores por via de concurso sério e as denúncias que se têm em relação a gestão neste setor, a gestão da Universidade do Oeste do Paraná são muito sérias e merecem a apreciação desta Casa.

Portanto, Deputado, associe-me a sua preocupação no sentido de assegurar recursos para a nossa Universidade e não posso deixar de revelar que as colocações de natureza pessoal, procurando comparar a decisão do Governador com decisões menores de dirigentes de republiquetas vizinhas à brasileira, não posso naturalmente me conformar com essa posição, como também não posso me conformar que Vossa Excelência procure colocar no patamar menor a figura da grande liderança pública, da liderança hábil, de que tem que ser conduzido no interesse público e que inclusive teve as suas posições na última eleição de Casca-

vel confirmadas, porque as denúncias que Vossa Excelência algumas vezes, irresponsavelmente, trouxe aqui a esta tribuna, não foram confirmadas nas eleições do último 3 de outubro.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Concedo aparte ao Deputado Dobrandino da Silva.

O Sr. Dobrandino da Silva - Nobre Deputado Pudell, eu quero me associar à sua preocupação. Na verdade a sua posição sempre foi de um Deputado combativo, principalmente no que se refere ao respeito e defesa da democracia. Eu concordo plenamente e as razões que levaram o Governador a não nomear o mais votado eu não conheço. Sei que há denúncia da direção anterior, mas quero apenas dizer a Vossa Excelência que nem sempre o escolhido mais votado é o melhor, Deputado.

E quero me referir a minha cidade de Foz do Iguaçu. O Reitor da FACISA da minha cidade de Foz do Iguaçu foi escolhido pela comunidade acadêmica, o Governador nomeou e está sendo processado, os próprios acadêmicos entraram com processo aqui na Secretaria de Ensino Superior, pedindo a sua destituição por desonestidade naquela casa.

E isto nos assusta um pouco, na verdade. Cascavel, eu não quero dizer que exista, mas há denúncia, mas em Foz já foi confirmado e ele deverá ser destituído do cargo, o de Foz do Iguaçu, e foi escolhido pela comunidade acadêmica, embora eu, democrata que sou, respeito a democracia, eu também não concordo que o mais votado seja, na verdade preterido. Mas, de qualquer maneira se pensar desta forma que ocorreu em Foz do Iguaçu, eu acho que às vezes há razões para que não seja nomeado o primeiro colocado, embora eu conheça o Reitor que foi eleito em primeiro lugar que é de Marechal Cândido Rondon, Vossa Excelência conhece, e me parece pessoa excelente, pessoa idônea, pessoa séria. Mas queria apenas colocar neste contexto que em Foz do Iguaçu ocorreu o contrário.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Dobrandino, mas a democracia tem as suas imperfeições.

Nem sempre o melhor vence. Eu, por exemplo, acredito que na última eleição municipal em Cascavel não ganhou o melhor. Acho que ganhou o pior. Mas temos que respeitar o resultado. A democracia nos impõe isto. Ganhamos uma eleição, perdemos outra. A Oposição tem o seu papel fundamental no sentido de cobrar e fiscalizar,



tanto o vencedor como o derrotado tem um papel fundamental para a evolução e a democracia é sobretudo um processo pedagógico.

A ausência de democracia é que leva a escolha de políticos ruins para os cargos públicos e o exemplo maior, nós tivemos na Presidência da República e eu não sou daqueles que advoga que o fato de alguém ter sido eleito democraticamente, possa reinar impunemente pelo resto de seu mandato. Exemplo maior foi dado a nível nacional, com o Presidente Fernando Collor de Mello, escolhido legitimamente pela grande maioria da população brasileira, foi afastado do governo, porque estava envolvido em denúncias de corrupção. Aliás, isso fortalece a democracia.

Se, de fato, ocorreu isso em Foz do Iguaçu, eu acredito que o governo, tendo as provas na mão, já tardou em afastar aquele diretor. O mesmo poderia tê-lo feito na UNIOESTE em relação à Reitoria. Já deveria ter apurado e afastado, se efetivamente houve corrupção na gestão anterior. Agora, nós não podemos admitir que o simples fato de o candidato ter recebido apoio de um desafeto político do governador e do vice-governador, sirva como desculpa para invalidar todo um processo democrático.

Eu gostaria de dizer também ao ilustre Deputado Bona Turra, até usando o argumento do Dobrandino, que: "nem sempre a maioria das pessoas enxerga aquilo que existe efetivamente por trás de um determinado partido, de um movimento político, de coisas desse gênero".

Quando eu falei aqui na FERROESTE e citei acusações ao governador do Estado, é porque tem uma Ata da FERROESTE em que houve a contratação das empreiteiras e Vossa Excelência que conduziu o Departamento de Obras do Estado, sabe que a FERROESTE feita pelo sistema anterior, através das empreiteiras, custaria quase duzentos milhões de dólares a mais para os cofres públicos do Estado do Paraná em relação ao Orçamento que agora está sendo realizado pelo Governo do Estado em parceria com o Exército.

Eu apenas lamento que pessoas que participaram desse tipo de tentativa que iria custar aos cofres do Estado do Paraná, duzentos milhões de dólares, dinheiro suficiente para construir dez UNIOESTES e consolidá-las, e esteja prestigiado em seu cargo.

Então, se não pode nomear o mais votado, porque ele estava ligado politicamente a um Reitor corrupto, o mesmo critério tem que usar para todos, independentemente de ele ser nosso aliado político ou não. A moralidade não pode ser usada apenas nas ocasiões que nos favorecem e que nos inte-

ressam.

Então, eu acredito que as minhas palavras, em momento algum tiveram cunho pessoal. As minhas manifestações são políticas e o meu pronunciamento é duro, porque dura foi a decisão e foi ruim e é proporcional à decisão que o Governo do Estado tomou ao precedente que abriu de acabar com o processo de escolha democrática dos dirigentes das Universidades Estaduais do Paraná e que, inclusive, está consagrado num dispositivo legal aprovado por esta Casa e sancionado pelo Governador do Estado, fruto de um amplo processo de negociação desta Casa com o Governo do Estado, por ocasião da transformação das Fundações Públicas em Autarquias aqui na Assembléia Legislativa do Paraná.

Espero que Vossas Excelências, somadas ao Deputado Duílio Genari, que é de Toledo, que deve ter o testemunho sobre a idoneidade do professor Ernel, deve fazer um esforço para demover o Governo do Estado da sua decisão. Quero informar também ao Deputado Bona Turra que a decisão não é precária, a nomeação não é precária. Eu li o decreto de nomeação e está nomeado por quatro anos. Não é uma nomeação temporária, uma intervenção temporária até que se apurassem as irregularidades, com o que nós até poderíamos concordar, se assim o fosse, mas é uma nomeação por quatro anos.

É tripudiar sobre a população e a comunidade universitária da nossa região e o que é mais grave, o Reitor nomeado não tem sequer dois anos de participação na Universidade Oeste do Paraná, não poderia, pelos estatutos daquela Instituição, ser nomeado, é um elemento estranho e quero informar também, foi recentemente destituído - e eu não quero entrar no mérito da sua destituição de um Centro de Pesquisas da Universidade porque não prestou contas, adequadamente, de recursos em dólares que recebeu para promover e para conduzir um projeto de pesquisa na região.

Então, antes de falar da honestidade de um cidadão lá de Toledo, um professor conhecido e que tem prestígio na comunidade universitária de todo o Oeste do Paraná, o Governador deveria tomar muito mais cuidado com quem nomeia.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lideranças: PMDB.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PL.

(Declina).

PT.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PST.

(Declina).

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Para registrar a presença do Presidente Regional do nosso Partido, o Partido Social Trabalhista, Senador Suplente Enéas Faria, que nos honra com a sua presença, bem como gostaria de registrar também a presença do Deputado Federal, Prefeito eleito de Campo Mourão, Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encontrando-se nesta Casa em visita o ex-Deputado Estadual e Federal Rubens Bueno, eleito Prefeito de Campo Mourão e o Senador Enéas Faria, suspendo a Sessão por cinco minutos para que os Senhores Deputados possam cumprimentar os ilustres visitantes.

(É suspensa a Sessão).

(É reaberta a Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a Sessão.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 477/91, que faculta a toda pessoa residente no Estado do Paraná a autorização de doação de órgãos para fins de transplante, consignada em sua carteira de identidade ou habilitação. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 135, de 17.10.91).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 889/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o nome do Município de Vila Branca para Doutor ULYSSES, Com PARE-

CER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

- Queremos manifestar que na Sessão de ontem, trouxemos a nossa opinião, a nossa posição e o nosso pedido sobre o referido Projeto e ressaltamos que dependia de uma melhor análise, mas que tomaríamos uma posição, hoje. Queremos votar favoravelmente ao Projeto, mas tentamos, pessoalmente, hoje, por vários telefonemas às lideranças daquela comunidade, daquela região, não foi possível contatos por problemas telefônicos no novo município de Dr. Ulysses. Mas, queremos manifestar hoje, o voto favorável da Bancada do PT ao Projeto. E ressaltar que ontem, no nosso questionamento, ficou bem claro o que desejaríamos que ocorresse com a comunidade de Vila Branca e não questionamos a homenagem ao ilustre brasileiro Dr. Ulysses Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. - **APROVADO por unanimidade, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 013/92, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que dispõe sobre atendimento prioritário à idosos, portadores de deficiências e gestantes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.. (Publ. no D.A. nº 03, de 18.02.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 013/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 13/92, de autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, tem por finalidade que se priorize o atendimento dos idosos, deficientes e gestantes, nos órgãos da administração estadual direta, indireta, fundacional e autárquica.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo ser de grande interesse social, e não havendo nenhum óbice de caráter regimental, legal ou constitucional, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
MÁRIO BEZERRA - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 013/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do ilustre Deputado Lourenço Fregonese, tem por escopo a priorização do atendimento dos idosos, deficientes físicos e gestantes, no âmbito dos órgãos da administração estadual direta, indireta, funda-

cional e autárquica.

É evidente o alto espírito social que norteia o presente projeto, mormente no aspecto da saúde pública, face às pessoas beneficiárias do mesmo, não se encontrarem em gozo total de suas capacidades físicas. É neste sentido que somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.10.92.

(aa) LUIZ ANTÔNIO SETTI - Presidente  
CLEITON KIELSE - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 013/92. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 013/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/92, de autoria do Deputado FLORISVALDO FIER, que dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.. (Publ. no D.A. nº 105, de 03.08.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 206/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Florisvaldo Fier, chega a esta Comissão Projeto de Lei em epígrafe que dispõe sobre a reforma psiquiátrica no Paraná.

Do ponto de vista regimental, o presente está elaborado em conformidade com o disposto pelo art. 124, § 1º, do Regimento Interno desta Casa.

Analisando a matéria no seu aspecto doutrinário e constitucional nada há que obste sua tramitação.

Por estas razões, opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 11.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PROJETO DE LEI Nº 206/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Florisvaldo Fier, o presente Plano de Lei dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Estado do Paraná.

Ao ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, a referida proposta recebeu desta parecer favorável. Esta Comissão examinando a matéria, concluiu ser esta justa e necessária ao pronto atendimento psiquiátrico nos hospitais do Estado.

Isto posto somos de Parecer favorável

a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.10.92.

(aa) LUIZ ANTÔNIO SETTI - Presidente  
DOMINGOS CARVALHO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 206/92. Em discussão.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Nós gostaríamos que o autor do requerimento justificasse a razão das dez Sessões para que a gente pudesse se localizar e fazer o encaminhamento necessário. Solicito ao Deputado esclarecimento por que 10 Sessões?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu tenho certeza que pelo menos 10 Sessões nós precisamos para nos aprofundar mais na análise desse Projeto que V.Exa. apresentou. É o mínimo de tempo que nós precisamos para entender a profundidade, a constitucionalidade. Inclusive o Deputado Costenaro foi quem nos alertou hoje de manhã e ele pretende fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Realmente nos deparamos com um Projeto do Deputado Dr. Rosinha, ele, na verdade nos deixa com algumas dificuldades. Estabelece até uma certa comparação quando eu falava em álcool Rosinha discordava do meu Projeto - alegando a sua inconstitucionalidade. E agora ele apresenta um Projeto de área médica. Mas a experiência, o acompanhamento que fizemos por representar também essa área de saúde, eu que fui fundador de uma fundação que mantém um Hospital Psiquiátrico, hospital psiquiátrico esse que eu falo com certo orgulho, e, tenho recebido da Imprensa, de autoridades que conhecem esse hospital que fica no Município de Jandaia do Sul, meu município. Esse hospital ganhou o título de um dos melhores hospitais ou o melhor hospital psiquiátrico da América do Sul. Então falo com uma certa tranquilidade.

Escrevi também um pequeno livrete intitulado "Do sonho à realidade", então isso nos dá condição, embora não sendo médico, mas com o acompanhamento que fizemos passamos dessa época para cá a acompanhar a vida dos hospitais psiquiátricos do Paraná, em outros Estados e também acompanhamos as notícias nacionais e internacionais. Gostaria de informar aos Parlamentares dizendo que a Europa apresentou um projeto que tentava modificar o conceito do tratamento dos doentes mentais, mas ao

longo dos anos a Europa abandonou este Projeto. Agora, no Brasil, o PT, na verdade eu sei que está fazendo posição política, mas o fato é esse, o PT através de suas lideranças lançou no Governo Federal a reforma que a Itália abandonou, e com esta tentativa fez um grande movimento, fez com que todos nós que acompanhamos a vida dos hospitais psiquiátricos, tivéssemos muito trabalho buscando alertar a consciência dos Parlamentares, na área federal. Tivemos o apoio dos Deputados federais e depois também dos Senadores. Isso fez com que o projeto não tivesse sucesso, na área federal. Agora, recentemente, o Rio Grande do Sul, lançou um Projeto estadual, não posso dizer que seja igual a este, mas é semelhante...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em Discussão o Requerimento de adiamento do Projeto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - ... na verdade este Projeto foi aprovado no Rio Grande do Sul. Isso despertou a preocupação com uma reforma que nós não conseguimos entender, nós que estamos imbuídos no setor não entendemos o porquê desse Projeto, que no Rio Grande do Sul teve sucesso, Santa Catarina não teve, São Paulo não teve e agora no Paraná está em Discussão. Na verdade temos que aprofundar sim para discutir. Quem sabe o nosso Parlamentar, com seu conhecimento nos convença que ele tem razão, mas, a grosso modo, não tive tempo para estudar o Projeto melhor, olhando o mesmo rapidamente eu posso dizer que o considero inconstitucional, porque aqui ele fala inclusive nos direitos do doente mental, sendo que qualquer decisão neste sentido e da área federal, nós da área estadual não temos o direito de fazer esta alteração.

Durante muitos anos, isso eu vi acontecer, no Paraná os hospitais gerais tinham autorização para dar atendimento aos doentes mentais, e aí o Governo, analisando, acompanhando a capacidade instalada dos hospitais no Paraná procurou eliminar estes atendimentos passando-os para os hospitais especializados, considerando o seu trabalho bom, qualificado, com necessidade sim de melhorar, porque todos os hospitais passam, todas as áreas passam pelas dificuldades econômicas que passa o nosso País, mas entendeu assim a Previdência Social eliminando os leitos que haviam nos hospitais gerais. E hoje a proposta do Dr. Rosinha vem justamente voltar atrás, ela quer sim extinguir os hospitais psiquiátricos distribuindo os leitos para os hospitais gerais. Nós que convivemos com o setor sabemos que não é tão fácil assim, é difícil, é trabalhoso, na verdade é ne-

cessário uma pesquisa mais profunda.

Portanto, nós vamos encerrar defendendo o Requerimento do Deputado Pessuti, e ele tem razão quando diz que nós devemos estudar profundamente, nos entender para buscar o melhor.

O DR. ROSINHA - (Para Encaminhar) - O

Deputado Costenaro disse que tinha bastante dificuldade em defender o requerimento uma vez que ele leu muito superficialmente o projeto. Acredito que ele deve ter bastante dificuldade mesmo, pois até teve dificuldade em pronunciar o meu nome, se nota que está bastante difícil de que o projeto é inconstitucional, não casa com o parecer da Comissão de Constituição.

O SR. CONSTENARO NETO - Deputado, gostaria que V.Exa. tivesse pelo menos respeito...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A palavra continua com o Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Muito obrigado, Sr. Presidente. No encaminhamento de votação, segundo o Regimento Interno, não consta aparte. É questão de respeito e educação.

Quanto a constitucionalidade disse eu que foi declarado constitucional. A Comissão de Saúde analisou o projeto e deu parecer favorável. A Organização Mundial de Saúde e a Organização Panamericana de Saúde organizaram um encontro em Caracas para discutirem a questão de Saúde Mental e, se V.Exa. quiser, posso fornecer o documento de qual é a posição da Organização Mundial da Saúde, porque se o senhor entende de álcool, não significa que entende de alcoólatra, que às vezes precisa de um tratamento psiquiátrico.

A declaração diz o seguinte, que a reestruturação da atenção psiquiátrica, ligada à atenção primária de saúde, no contexto de sistema de locais de saúde, permite a promoção de modelos alternativos, centrados na comunidade e suas redes sociais. Isto o que o projeto estabelece.

Que a estruturação da atenção psiquiátrica na região implica a revisão crítica do papel hegemônico e centralizador do hospital psiquiátrico na prestação de serviço. É justamente o que o projeto questiona, os tratamentos devem se dar quando necessário em hospitais, mas não no gueto do hospital psiquiátrico, mas dentro dos hospitais gerais. E dentro do atendimento na comunidade do chamado hospital-dia. Se tivermos um doente mental e por acaso o problema dele é durante o dia, quando há aquela questão do doente mental é dificultoso o relacionamento com a família e à noite ele é passivo, então durante o dia

ele tem o tratamento no hospital-dia. Se é ao contrário, à noite é que vai para o hospital-noite e durante o dia ele convive com a comunidade.

O que queremos com isto é resgatar o direito de cidadania. Porque hoje o doente mental é rechaçado pela família e pela comunidade e colocado num gueto. Não queremos acabar com os hospitais. Não. Os hospitais gerais receberão também o doente psiquiátrico e o doente com tratamento de saúde mental vai para o hospital-dia, ou casas de convívio, ou hospital-noite.

Portanto, acho que com estes esclarecimentos solicito ao Deputado Orlando Pessuti a redução para cinco dias, cinco sessões. Será mais fácil para todos os Deputados lerem e estou à disposição para discutir o projeto com todos.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não vejo necessidade de reduzirmos para cinco sessões, porque superados os entraves iniciais, esta discussão que existe principalmente com o Deputado Costenaro, o projeto poderá retornar à Ordem do Dia até com duas ou três sessões, bastando apenas seja requerido e aprovada a reinclusão na Ordem do Dia. Então mantenho o pedido para dez sessões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o direito da maioria. Mas sugiro que seja por cinco sessões.

O DR. ROSINHA - Obrigado, Sr. Presidente. Explicarei a todos os Srs. Deputados que a Conferência Estadual de Saúde Mental discutiu este projeto e foi aprovado como uma das propostas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento por cinco sessões.- **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 206/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/92, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que autoriza o Poder Executivo a criar o programa de apoio à criação, implantação e manutenção de Casa Familiar Rural e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.A. e C.E.C.E.

PROJETO DE LEI Nº 203/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Apoio à Criação, Implantação e Manutenção das Casas Familiares Rurais, nos Municípios agríco-

las, em todo o Estado do Paraná;

Art. 2º - A Casa Familiar Rural é uma instituição de ensino, que tem por objetivo formar jovens agricultores, acima de 14 anos, nas práticas agro-pecuárias, em curso de 03 - (três) anos, através de uma metodologia que consiste em organizar o trabalho educativo de modo a alternar momentos de discussão, reflexão e sistematização na escola, com momentos de observação na prática do trabalho familiar e da aplicação, na propriedade, dos ensinamentos formalizados na Casa Familiar Rural;

Art. 3º - Para o desenvolvimento de sua prática pedagógica a Casa Familiar Rural contará com a coordenação da Secretaria de Estado da Educação e apoio das demais Secretarias e, em especial, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento;

Art. 4º - A construção da Casa Familiar Rural será coordenada pela Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR -, podendo para tanto destinar recursos, sob forma de convênios, à Prefeitura e/ou Associações de produtores legalmente constituídas.

Art. 5º - O Poder Executivo destinará recursos específicos para tal Programa, que serão fixados em Orçamento;

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná é um Estado notadamente agrícola, com número expressivo de pequenos e médios produtores, a maioria residindo no campo e não nas cidades.

As culturas praticadas pelos nossos agricultores são as mais variadas possíveis, destacando-se o milho, feijão, café, algodão, soja, trigo, além da pecuária de leite e de corte. Contudo, predomina a monocultura, muitas vezes com a assimilação de técnicas não apropriadas ao porte do produtor.

Estes elementos, somados à política agrícola e educacional vigentes e a crise econômica e social existente no País, cria dificuldades enormes para a permanência destas famílias no campo, principalmente para os jovens.

Urge, que se busque alternativas de vida dentro das reais condições destes proprietários, incentivando a diversificação das atividades, através de um trabalho educativo que resgate o amor à terra e viabilize condições sócio-econômicas para a continuidade no campo.

É neste contexto que se insere a proposta da Casa Familiar Rural, uma instituição de ensino, com características de semi-internato, administrada pela própria

comunidade e dedicada ao ensino formal e de técnicas agrícolas. Com essas características o jovem pode ficar parte do tempo na escola, aprendendo, parte do tempo em casa, na propriedade dos seus pais, mantendo o vínculo com o meio rural. No sentido de melhor esclarecer a nossa proposta, anexamos ao presente Projeto de Lei, documento que tem subsidiado a discussão deste tema na região do Vale do Ivaí.

Convicto de que a questão da fixação do homem no campo é preocupação constante desta Casa de Leis, confiamos contar com o apoio dos nobres pares ao nosso Projeto de Lei criando a Casa Familiar Rural.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 203/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Edson Silva Lino, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que autoriza o Poder Executivo a criar o programa de apoio à criação, implantação e manutenção da Casa Familiar Rural e dá outras providências.

Do ponto de vista regimental o presente encontra-se elaborado dentro dos parâmetros exigidos pelo Regimento Interno desta Casa.

Analisando-se os aspectos legais nada há que abste a tramitação e posterior aprovação do mesmo.

Por estas razões, opinamos favoravelmente a aprovação do referido projeto.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 11.08.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N° 203/92

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei n° 203/92, de autoria do nobre Deputado Edson Silva Lino, que autoriza o Poder Executivo a criar o programa de apoio à criação, implantação e manutenção de Casa Familiar Rural e dá outras providências.

Verificamos que se trata de uma proposta de relevante alcance social, proporcionando aos jovens que se encontram nestas regiões, vincular a vida no campo com o aprendizado técnico, através de um trabalho educativo, possibilitando a aplicação destes conhecimentos nas propriedades rurais e, contribuindo para sua continuidade no campo.

A matéria foi analisada anteriormente, pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, que pronunciaram-se favoráveis à aprovação deste Projeto de Lei.

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, segue o entendimento das Comissões, supracitadas, manifestando-se FAVORÁVEL à aprovação do Projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### PROJETO DE LEI N° 203/92

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão, o Projeto de Lei n° 203/92, que trata da criação do programa de apoio à criação, implantação e manutenção da Casa Familiar Rural e dá outras providências, de autoria do ilustre Deputado Edson da Silva Lino.

A Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou favoravelmente acerca do presente.

Desta forma, tendo em vista o aspecto social do projeto em epígrafe, que visa dar formação técnica em atividades agrícolas para aqueles jovens que se encontram na região, possibilitando-lhes um maior tempo na escola e também que possam aplicar os conhecimentos adquiridos, nas propriedades de seus pais.

Por estas razões, opinamos favoravelmente a aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.92.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

##### PROJETO DE LEI N° 203/92

P A R E C E R:

Ao recebermos o Projeto de Lei n° 203/92 de autoria do nobre Deputado Edson Silva Lino, que autoriza o Poder Executivo a criar o programa de apoio à criação, implantação e manutenção de Casa Familiar Rural e dá outras providências, após analisarmos minuciosamente, concluímos que a importância deste Projeto é relevante, pois favorece a permanência do homem ao campo, que ao verificar as dificuldades dos filhos em seguir seus estudos migram para a Zona Urbana, deixando a desejar o trabalho no campo.

A matéria foi analisada anteriormente, pela Comissão de Constituição e Justiça, pela Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio e Comissão de Finanças, que pronunciaram-se favoráveis à aprovação deste Projeto de Lei.

Assim sendo, esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, segue o entendimento das comissões supracitadas, manifestando-se FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

EURIDES MOURA - Relator

### Em votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu quero me solidarizar e parabenizar o Deputado Edson Silva Lino, pela apresentação desse Projeto, o Projeto nº 203/92, que apesar de autorizatório ele tem um grande cunho social.

O Projeto autoriza o Poder Executivo a criar o programa de apoio à criação e manutenção da Casa Familiar Rural. A Casa Familiar Rural - já temos conhecimento de algumas em nosso Estado, inclusive na região Sudoeste do Paraná - é uma forma, um tipo de escola que vem de encontro às grandes necessidades dos pequenos agricultores do Paraná, e eu diria que, talvez, isso um dia esteja implantado no País inteiro, estas escolas ou Casas Familiares Rurais.

Esse tipo de escola é uma escola família onde os filhos dos agricultores permanecem por um período na escola e por outro período, por exemplo, quinze dias na escola e quinze dias na propriedade, ele vem a escola, faz quinze dias de estudos teóricos e volta para seu sítio, para a sua família, para a casa dos pais, exercitar, colocar em prática aquela teoria das técnicas de agricultura que ele aprendeu na escola. Após quinze dias ele volta para a escola com as experiências feitas, com o trabalho feito para novamente discutir com os técnicos e com os professores, e esse período de ida e vinda a sua propriedade é constante na Escola Familiar Rural.

Nós temos sentido, eu tenho ouvido de muitos agricultores, de muitas lideranças, que a escola agrícola hoje, na prática, ela tira os agricultores do campo, quando um filho de um pequeno agricultor vai para uma grande cidade se formar técnico agrícola ou agrônomo a escola não forma ele, não prepara ele para talvez voltar para sua comunidade, para sua pequena propriedade e ali desenvolver o seu trabalho, mas nós temos sentido e temos visto os técnicos ou agrônomos na grande maioria das vezes ao se formar engenheiro agrônomo, técnico agrícola ou qualquer atividade nessa área, principalmente da agricultura, ele logo tem, ou talvez inconscientemente ele é preparado para ir procurar emprego numa grande empresa, uma grande fazenda, isso não que não seja necessário, mas que ele não tenha a preparação para voltar talvez, na sua comunidade, na sua propriedade e ali exercer a sua função.

Esse modelo, esse tipo de escola que

vem sendo implantado em algumas regiões, como o Deputado Edson Silva Lino coloca aqui no Vale do Ivaí, também na região Sudoeste já algumas delas funcionam. Ela tem realmente o objetivo que nós todos queremos, que é que todas as autoridades hoje nos municípios, no Estado, na Nação tem um sentimento e tem um pensamento nesse sentido, de evitar a evasão do povo do sítio, do povo da roça, do povo da terra para os grandes centros ou para as pequenas cidades mesmo e aí trazendo os grandes problemas sociais, de habitação, de educação, de infra-estrutura, de saúde, de alimentação e assim por diante.

Esse modelo de escola, faz com que o êxodo rural diminua, faz com que a produção aumente, porque se em cada família tivéssemos, em cada família de um pequeno agricultor tivéssemos um técnico minimamente preparado e que uma escola desse estilo prepara, a propriedade vai produzir muito mais, o Estado vai produzir mais alimento para seu povo, além de produzir as receitas para o município, para o Estado, para o País, vai-se evitar o êxodo rural e grande parcela de problemas sociais, que as grandes cidades enfrentam, estaria resolvida.

Então, nós queremos nos somar ao Deputado Edson Silva Lino, parabenizá-lo pela apresentação deste projeto, e dizer que este projeto merece todo o apoio e, talvez, não deveria ser autorizatório, mas, sim, um programa, um projeto que, talvez, obrigasse as autoridades do Estado, até federais, a implementarem essas escolas onde existem, nas regiões do Estado, do País, as pequenas propriedades. Ali nós teríamos os agricultores fixando-se à terra e produzindo, trazendo desenvolvimento para os seus municípios e contribuindo, inclusive, com a diminuição dos grandes problemas sociais que o nosso País, o nosso Estado e os nossos municípios enfrentam hoje.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. EDSON SILVA LINO - Pela ordem, Sr. Presidente.

### (Assentimento)

Eu não poderia deixar de parabenizar o Deputado Ovídio Constantino e, ao mesmo tempo, agradecer pelo encaminhamento, tornando, desta forma, desnecessário o nosso encaminhamento, e agradecer por somar a nós nesse projeto que considero de muita importância não só para o Vale do Ivaí, como para todo o Paraná e, por que não dizer, para todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Arruda) - Em votação o projeto.

Os Senhores Deputados que forem favo-



ráveis, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/92, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que torna obrigatória a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino do Estado do Paraná, nos estabelecimentos públicos de ensino do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E.. (Public. no D.A. nº 136 de 23.09.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 259/92

P A R E C E R:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Cleiton K. Crisóstomo, pretendendo tornar obrigatório nos estabelecimentos públicos de ensino do Estado, a execução, nos termos da legislação pertinente, dos hinos Nacional e Estadual.

Inexiste óbice regimental, legal e constitucional sobre a matéria.

Somos de parecer favorável pelo seu encaminhamento ao Douto Plenário.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

##### PROJETO DE LEI Nº 259/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por finalidade tornar obrigatória a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino do Estado do Paraná, nos estabelecimentos de ensino do Estado.

No âmbito desta Comissão opinamos favoravelmente pela aprovação deste, haja vista não haver nenhum óbice de ordem legal, constitucional e regimental.

Sala das Comissões, em 20.10.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

LOURENÇO FREGONESE - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 259/92. **Aprovado.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

O Projeto de Lei 259/92 torna obrigatória a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino do Estado do Paraná nos estabelecimentos públicos de ensino do Estado e dá outras providências.

No Artigo 1º coloca que ficam obriga-

dos os estabelecimentos públicos de ensino do Paraná a executar o Hino Nacional Brasileiro e o Hino do Estado do Paraná.

No Artigo 2º torna essa obrigação duas vezes por semana.

Bom, a primeira coisa: essa é o tipo de lei que está sendo feita para não ser cumprida. Segundo: não se constrói patriotismo obrigando alguém a cantar o Hino Nacional, pelo contrário, cria ódio, cria raiva das crianças a serem obrigadas a duas vezes por semana perfilarem-se para cantar o Hino Nacional.

Nós não somos contra que o Hino Nacional e que o Hino do Estado do Paraná seja ensinado nas escolas, mas isso existe maneiras didáticas para que isto seja feito; existem a Secretaria Estadual de Educação e as municipais que podem discutir com a comunidade educacional a proposta de levar a criança de participar e aprender os hinos, mas não através da obrigatoriedade de lei.

Diz a justificativa:

"A presente proposição reveste-se de fundamental e atual importância face às atuais circunstâncias políticas, morais e de caráter que assolam o País, onde os brasileiros estão descrentes de toda e qualquer poder político, tendo em vista a vergonhosa, indigna e imoral administração federal..."

Pôxa! Será corrigido, obrigando os estudantes a cantarem o Hino Nacional, a imoralidade, a falta de ética, a corrupção? Será corrigido com a juventude sendo obrigada a cantar o Hino Nacional? A juventude, quando é tomada da ética política e tomada da defesa da pátria, canta o Hino Nacional nas praças públicas como fez recentemente no Brasil todo sem ter obrigatoriedade da lei como a que pretende o Deputado.

Diz ainda na justificativa:

"...que retirando dos jovens e das crianças a crença em um Brasil melhor, mais justo, onde a democracia signifique realmente o governo do povo para o povo..."

A obrigatoriedade de cantar o Hino é autoritarismo; não é democracia.

Então, o ímpeto e o caráter democrático se ganha não através da obrigatoriedade, mas sim, através da liberdade e essa liberdade é que os estudantes querem e que nós brasileiros queremos, inclusive a liberdade de aprender e cantar o Hino Nacional nos momentos próprios e de luta de todos nós brasileiros, como foi o caso, eu já disse, na deposição de Collor.

E diz ainda a justificativa:

"...Sendo assim, e por revestir-se a matéria da mais absoluta importância e modernidade..."

Que modernidade é obrigar alguém a

cantar o Hino Nacional! Modernidade é ter direito à saúde, à educação, ao emprego e ao salário decente; poder comer e o fim do analfabetismo e da desnutrição, essa é a modernidade, mas não obrigatoriedade de cantar o Hino Nacional.

Por isso a bancada do PT vota contra. Então eu até pergunto se de repente o surdo-mudo também é obrigado a cantar? Poderíamos até fazer então um parágrafo, amanhã como emenda, desobrigando o surdo-mudo de cantar e desobrigando aquele que fizer o canto em casa como lição de casa, daí não está obrigado, provavelmente faremos essa emenda amanhã.

O SR. NILTON BARBOSA (**Pela Ordem**) - Senhor Presidente, em razão do autor do projeto não estar presente a sessão, eu sugiro à Mesa, e vou fazer o requerimento por escrito, pela sua retirada por três sessões.

Mesmo porque seria necessária a presença do autor para fazer até a defesa de um projeto, que ele deve achar interessante, senão não teria dado entrada na Casa.

O SR. PRESIDENTE (**João Arruda**) - Em votação o requerimento do Deputado Nilton Barbosa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (**Pela Ordem**) - Eu sugiro que seja por dez sessões.

O SR. NILTON BARBOSA - Aumento de três para dez.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**) - Nós não concordamos com o adiamento por dez sessões. É evidente que a matéria foi um tanto polemizada pelo Dr. Rosinha, que poderia evidentemente, se tem alguma dúvida quanto a elaboração do Projeto de Lei emendá-lo na sessão de amanhã e estaria sanado o problema de se votar hoje ou amanhã o projeto.

Nós, na condição de Líder da bancada do PMDB, concordamos com a proposição inicial do Deputado Nilton Barbosa, para que o projeto saia por três sessões, porque tenho certeza que é menos problemático o ajuste desse projeto do que o projeto dos hospitais psiquiátricos do Deputado Dr. Rosinha, então não há necessidade de ser por dez sessões.

Três sessões nós concordamos.

O SR. NILTON BARBOSA (**Pela Ordem**) - Eu solicitei realmente por três sessões, e vi que o Deputado Erondy Silvério conversou com Vossa Excelência, me olharam dizendo que seria o mínimo de dez sessões, mas a permitir o regimento claro e evidente que permaneço com três sessões, segundo sugestão do Líder da bancada do PMDB, ban-

cada essa que faz parte o Deputado autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**João Arruda**) - Está em votação o requerimento por três sessões.

**Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 259/92.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1635, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1628, 1629, 1630, 1631, 1632 e 1633, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1619, 1620 e 1621, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1609, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1610, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1611, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1613, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1616, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1622, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 1623, 1624 e 1625, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1626 e 1627, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (**Pela Ordem**) - Eu só gostaria de fazer uma pergunta ao Líder do Governo, eu estava na 2.ª Secretaria e não pude encaminhar a discussão do Projeto de Lei nº 13/92, o porquê do adiamento de dez Sessões num projeto que vem a atender idosos e portadores de deficiências físicas.

Eu gostaria que o Líder do Governo me desse esta explicação, eu não sei se nós todos estamos contra os aposentados e idosos deste País, mas eu gostaria de uma explicação palpável e plausível.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a permanecer a escola do professor Dr. Rosinha, de a gente ter que ficar respondendo e respondendo, nós vamos passar muitas Sessões aqui respondendo o porquê de Requerimentos de retirada da Ordem do Dia.

O fato, Deputado Fregonese, é que pela avaliação que nós temos o projeto de Vossa Excelência possui alguns vícios no que diz respeito à constitucionalidade. São assuntos, veja bem, relativos à Administração Pública, de funcionamento de organismos públicos, como está aqui escrito: "Os órgãos da Administração Estadual, Direta, Indireta, Fundacional ou Autárquica, ficam obrigados a instituir no âmbito das suas repartições, setor especial de atendimento a idosos portadores de deficiências e gestantes".

É evidente que nós não temos absolutamente nada contra os idosos, os deficientes e as gestantes, pelo contrário, temos até um carinho especial por todas essas pessoas, apenas nos levou a tomar esse cuidado, porque entendemos que a iniciativa desta lei caberia ao Poder Executivo e infelizmente não ao Poder Legislativo que ainda não tem todas as atribuições que gostaríamos.

Apenas com referência à constitucionalidade. Como estávamos votando a questão constitucional, foi que nós pedimos a retirada por dez sessões, o que não impede de, superado esse entrave do ponto de vista da constitucionalidade, nós requerermos a inclusão na Ordem do Dia, daqui a uma ou duas Sessões.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se tiverem a justificativa, ela é embasada nos artigos da Constituição Federal e na Constituição do Estado e a douta Comissão de Justiça não se opôs a nada.

A matéria já é vencida e entraremos com um requerimento amanhã, para que volte em cinco sessões e espero que todo o "staff" do governo, toda a Administração Pública saiba coordenar em cinco Sessões, todos esses problemas de um projeto que entrou no mês de fevereiro na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (João Arruda) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 203/92 e 473/91.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 283/92, 285/92, 299/92, 300/92, 301/92, 302/92, 303/92, 304/92, 305/92, 306/92, 307/92 e do Projeto de Lei Complementar n.º 125/92.

Marca ainda uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 283/92, 285/92, 299/92, 300/92, 301/92, 302/92, 303/92, 304/92, 305/92, 306/92, 307/92, e do Projeto de Lei Complementar n.º 125/92.

Levanta-se a sessão.